

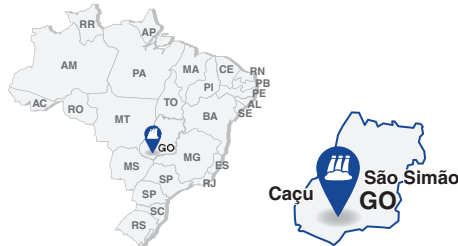


**Foz do Rio Claro Energia S.A.**  
CNPJ nº 07.823.262/0001-03

## Relatório da Administração

**Aos acionistas:** A Administração da Foz do Rio Claro Energia S.A. ("Companhia"), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da Administração e as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, compreendendo os balanços patrimoniais, as respectivas demonstrações contábeis individuais e consolidadas dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, e as respectivas notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, acompanhadas do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

**1. Breve histórico da Companhia:** A Foz do Rio Claro Energia S.A. "Companhia" é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída em 16 de janeiro de 2006, pela Alupar Investimento S.A. ("Alupar"), cuja concessão foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 002/2005 ("Leilão"), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em dezembro de 2005, localizada na capital do Estado de São Paulo, que tem por objeto social a construção, operação e exploração do potencial de energia hidráulica localizada no Rio Claro, localizado entre os municípios de São Simão e Caçu, no Estado de Goiás, denominado Usina Hidrelétrica Eng. José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida. Em 15 de agosto de 2006, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 005/2006 - MME - UHE Foz do Rio Claro, que concede a Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 anos (até 14 de agosto de 2041). Em 02 de junho de 2022, a Companhia e a União celebraram o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi a extensão do prazo de vigência da outorga por mais 1.953 (mil novecentos e cinquenta e três) dias, ou seja, até 20 de dezembro de 2046. A contratação de energia foi efetuada no Ambiente de Comercialização Regulado ACR, assim a Companhia assinou contrato de venda de energia com 31 (trinta e uma) distribuidoras que participaram do leilão. O mapa a seguir ilustra a localização do empreendimento:



A Companhia conta com duas unidades geradoras de energia, cujas entradas em operação são apresentadas a seguir:

Unidades geradoras	Início da operação comercial	Início da operação conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física total (MW médios)
1ª	05 de agosto de 2010	04 de agosto de 2010	nº 2.252	34,2 MW (megawatts)	18,55 MW (megawatts)
2ª	02 de dezembro de 2010	01 de dezembro de 2010	nº 3.682	34,2 MW (megawatts)	18,55 MW (megawatts)
				<b>68,4 MW (megawatts)</b>	<b>37,1 MW (megawatts)</b>

A Foz do Rio Claro Energia S.A. (Companhia) controla três Companhias de geração de energia elétrica, duas delas por meio de fonte eólica localizadas no Brasil, no estado do Rio Grande do Norte, com participações direta de 57,29% na Eólica do Agreste Potiguar I ("EAP I") e de 63,18% na Eólica do Agreste Potiguar II ("EAP II"). As Companhias de fonte eólica passaram a ser consolidadas a partir de 06 de janeiro de 2022, e uma Companhia de geração de energia elétrica por meio de fonte hidrelétrica, Ijuí Energia S.A. ("Ijuí"), localizada no Brasil, no estado do Rio Grande do Sul, nos municípios de Rolador e Salvador das Missões, no Rio Ijuí, com participação direta de 51%, passou a ser consolidada a partir de 14 de setembro de 2022. Em 30 de novembro de 2022 foi publicada a Portaria nº 709/GM/MME que aprovou a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações que constam no Relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN", de 22 de novembro de 2022, atualizado pela EPE (Empresa de Pesquisa Energética) e pelo MME (Ministério de Minas e Energia), que divulgou, na forma do Anexo da Portaria, os valores revisados de Garantia Física de diversas usinas hidrelétricas, dentre elas a Usina Hidrelétrica Eng. José Luiz Muller de Godoy Pereira, que, a partir de 01 de janeiro de 2023, foram considerados 37,1 MW médios.

## Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Ativo	Controladora		Consolidado	
	Nota 31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Circulante</b>	<b>95.898</b>	<b>132.855</b>	<b>176.414</b>	<b>209.898</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	21	3.301	3.238
Investimento de curto prazo	5	77.880	109.528	124.602
Títulos e valores mobiliários	5	—	—	6.269
Contas a receber de clientes	6	12.757	11.900	29.426
Dividendos a receber	15.1	—	4.954	—
Adiantamento a fornecedores	—	—	465	126
Despesas pagas antecipadamente	—	388	417	1.249
Tributos compensáveis	—	4.121	2.256	10.440
Outros ativos	—	731	34	1.064
<b>Não circulante</b>	<b>650.350</b>	<b>663.899</b>	<b>1.115.306</b>	<b>1.158.486</b>
Tributos e contribuições sociais a compensar	13	20.916	12.817	24.125
Tributos e contribuições sociais diferidos	—	211	225	837
Outros ativos	—	374	423	356.090
Investimento em controladas	8	263.576	272.698	1.055.414
Imobilizado	9	21.224	22.065	34.930
Intangível	—	—	—	36.561
<b>Total do ativo</b>	<b>746.248</b>	<b>796.750</b>	<b>1.291.720</b>	<b>1.368.384</b>

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Saldos em 31 de dezembro de 2023	Reserva de lucros			
	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total controladora
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	168.270	(518)	(13.082)	154.670
Tributos e contribuições sociais a compensar	—	—	(1.494)	(1.494)
Destinação de dividendos	—	—	—	(9.393)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>168.270</b>	<b>(518)</b>	<b>(14.576)</b>	<b>153.176</b>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	—	—	(27.440)	(27.440)
Juros sobre capital próprio declarados	—	—	—	12.356
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>168.270</b>	<b>(518)</b>	<b>(42.016)</b>	<b>125.736</b>

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	Nota 31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(35.539)	(7.912)	(21.106)	11.869
<b>Itens que não afetam o caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>8 e 9</b>	<b>11.516</b>	<b>10.950</b>	<b>47.269</b>
Depreciação e amortização	7	(1.593)	(10.123)	—
Resultado de Equivalência Patrimonial	—	89.555	74.338	118.182
Encargos de dívidas	—	31	15	657
Encargos de dívidas arrendamentos	—	804	739	1.267
Atualização monetária - Uso do bem público	—	1.285	157	2.264
Outras variações monetárias líquidas	20	(8.980)	(10.940)	(16.372)
Receita de aplicações financeiras	—	—	—	20
Provisão de contingências	8 e 9	48	—	61
Baixa de imobilizado e intangível	—	148	6	148
Baixa de depósitos judiciais	—	57.275	57.230	132.474
<b>(Aumento) redução no ativo</b>	<b>(857)</b>	<b>(184)</b>	<b>(1.404)</b>	<b>2.790</b>
Contas a receber de clientes	(111)	(47)	3.632	(4.308)
Tributos e contribuições sociais a compensar	465	(19)	1.174	(173)
Adiantamento de fornecedores	(627)	(895)	444	(1.531)
Despesas pagas antecipadamente	(670)	(671)	(1.344)	(744)
Outros ativos circulantes e não circulantes	(1.800)	(1.816)	2.502	(3.966)
<b>Aumento (redução) no passivo</b>	<b>812</b>	<b>522</b>	<b>808</b>	<b>(11.535)</b>
Fornecedores	125	480	330	697
Encargos setoriais	(66)	(507)	(24)	(69)
Salários, férias e encargos sociais	(2.024)	6.871	(7.283)	6.061
Tributos e contribuições sociais a recolher	(457)	(195)	(1.890)	906
Outros passivos circulantes e não circulantes	(1.610)	7.171	(8.059)	(4.866)

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

**Controladora:** A Foz do Rio Claro Energia S.A. (Companhia), é uma "SPE - Sociedade de Propósito Específico" Aberta e registrada na CVM (categoria B), foi constituída em 16 de janeiro de 2006 com a finalidade de explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Claro, Municípios de São Simão e Caçu, no Estado de Goiás, denominado Usina Hidrelétrica Eng. José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida. A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. ("Alupar"). O Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 2.252 de 4 de agosto de 2010, liberou a unidade geradora UG1, de 34.200 kW de capacidade instalada da UHE Eng. José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), para início da operação comercial a partir de 05 de agosto de 2010, quando a energia produzida pela unidade geradora passou a estar disponível ao sistema. Em 1º de dezembro de 2010, por meio do Despacho nº 3.682, foi liberada a unidade geradora UG2, de 34.200 kW de capacidade instalada, para início da operação comercial a partir de 2 de dezembro de 2010, quando a energia produzida pela unidade geradora passou a estar disponível ao sistema. O Contrato de Concessão de Serviço Público para Geração de Energia Elétrica nº 005/2006-MME-UHE FOZ DO RIO CLARO ("Contrato de Concessão"), datado de 15 de agosto de 2006, celebrado com a União por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL outorgou à Companhia a concessão de Serviço de Geração de Energia Elétrica pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos até 14 de agosto de 2041, que consiste na exploração do potencial de energia hidrelétrica localizado no Rio Claro e com potência instalada mínima de 68,4 MW, podendo ser prorrogado, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, mediante requisição do concessionário e observadas as condições expostas na Legislação. Ademais, em 02 de junho de 2022, a Companhia e a União celebraram o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi a extensão do prazo de vigência da outorga por mais 1.953 (mil novecentos e cinquenta e três) dias, ou seja, até 20 de dezembro de 2046. Em relação ao contrato de concessão de Foz do Rio Claro Energia S.A. o mesmo pode ser prorrogado, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até

**2. Governança corporativa:** A Companhia pauta o desenvolvimento de suas atividades em elevados padrões de governança corporativa. Estão incluídos na estrutura de governança corporativa da Companhia: **Conselho de Administração:** O Conselho de Administração é composto por 5 (cinco) membros, eleitos na Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, admitida a reeleição por igual período. **Diretoria estatutária:** A diretoria estatutária exerce a gestão dos negócios, segundo as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, e é composta pelos diretores: (i) Diretor Administrativo; (ii) Diretor de Gestão de Energia; (iii) Diretor Financeiro; (iv) Diretor Técnico; e (v) Diretor de Relações com Investidores. **Conselho fiscal:** Nos termos do Estatuto Social, a Companhia poderá ter um Conselho Fiscal não permanente, o qual exercerá as atribuições impostas pela lei, e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, nos casos previstos em lei. O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, acionistas ou não residentes no país, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do Conselho Fiscal for solicitada, a Assembleia Geral elegerá seus membros e indicará um deles para o cargo de presidente do Conselho Fiscal, bem como estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação. Até 31 de dezembro de 2025, a Companhia não recebeu qualquer pedido de instalação de conselho fiscal pelos acionistas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta	107.369	100.580	6,7%	264.339
(-) Deduções da receita operacional	(10.954)	(10.394)	5,4%	(20.232)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>96.415</b>	<b>90.186</b>	<b>6,9%</b>	<b>237.913</b>
(-) Custos operacionais	(45.347)	(40.027)	13,3%	(138.798)
<b>Lucro bruto</b>	<b>51.068</b>	<b>50.159</b>	<b>1,8%</b>	<b>99.115</b>
(-) Despesas/receitas operacionais	(4.893)	(3.654)	33,9%	(13.191)
(+) Resultado de equivalência patrimonial	1.593	10.123	-84,3%	—
(-) Despesas/receitas financeiras	(83.307)	(64.540)	29,1%	(107.030)
<b>Prejuízo antes da contribuição social e imposto de renda</b>	<b>(35.539)</b>	<b>(7.912)</b>	<b>349,2%</b>	<b>(21.106)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	—	—	0,0%	(4.896)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.099	6.418	100,0%	10.918
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>	<b>(27.440)</b>	<b>(1.494)</b>	<b>1736,7%</b>	<b>(15.084)</b>
Ativo total	746.248	796.750	-6,3%	1.291.720
Investimentos (*)	629.223	650.853	-3,3%	1.090.344

(\*) Refere-se aos montantes de imobilizado, intangível e investimentos em controladas. **Comentários relevantes - Consolidado:** A controladora e suas controladas, registraram Receita operacional líquida de R\$ 237.913 (888.852 MWh) no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em comparação aos R\$ 224.742 (894.712 MWh) do mesmo período de 2024. O aumento de 5,9% de um período para o outro ocorreu principalmente pela atualização monetária dos contratos negociados no ambiente regulado (ACR) e liquidações na CCEE. A Companhia apresentou custos operacionais consolidados no montante de R\$ 138.798 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em comparação com R\$ 115.053 no mesmo período de 2024. O aumento de 20,6% entre um período e outro é justificado principalmente pela linha de compra de energia, apresentando o montante de R\$ 40.014 em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 19.996 em 31 de dezembro de 2024, ocasionado principalmente pelo efeito do crescimento dos cortes de geração de energia (curtailment) que afetaram as controladas EAP I e EAP II e pelas diferenças de preços de submercado. As despesas operacionais no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 apresentam aumento de 23,0% quando comparado ao mesmo período de 2024, justificado pela linha de serviços de terceiros e despesas com pessoal. As despesas e receitas financeiras líquidas da controladora e suas controladas apresentaram aumento de 22,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 se comparado ao mesmo período de 2024, justificado principalmente pelos juros dos empréstimos. A provisão do imposto de renda e contribuição social diferidos estão relacionados a constituição de impostos diferidos ativos sobre prejuízo fiscal. **EBITDA** (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (prejuízo) do exercício	(27.440)	(1.494)	(15.084)	14.871
(+) Resultado financeiro	83.307	64.540	107.030	87.093
(+) Depreciação e amortização (*)	11.516	10.950	47.269	46.067
(+) IRC/S correntes	—	—	4.896	3.806
(+) IRC/S diferidos	(6.099)	(6.418)	(10.918)	(6.808)
<b>(-) EBITDA</b>	<b>59.284</b>	<b>67.578</b>	<b>133.193</b>	<b>145.029</b>

(\*) Valor composto por depreciação, amortização e amortização do UBP - Uso do Bem Público.

### Endividamento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos, debêntures e arrendamentos	(39.233)	(21.545)	(62.046)	(44.811)
Circulante	(559.223)	(599.962)	(813.106)	(870.716)
Não circulante	(598.456)	(621.507)	(875.152)	(915.527)

Caixa e equivalentes de caixa, investimento de curto prazo e títulos e valores mobiliários

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa, investimento de curto prazo e títulos e valores mobiliários	77.880	112.829	134.109	176.372
<b>Índice de endividamento líquido</b>	<b>4,14</b>	<b>3,32</b>	<b>2,09</b>	<b>1,93</b>

**4. Capital humano:** Em consonância aos objetivos estratégicos estabelecidos, a Companhia promove o desenvolvimento profissional e a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores por meio de ações e concessão de benefícios, com um relacionamento claro e transparente, e com o envolvimento dos colaboradores para que entendam seu papel no cumprimento das metas. O capital humano constitui ferramenta valiosa para o sucesso dos negócios da Companhia, e em 31 de dezembro de 2025 a Companhia mantinha em seu quadro 22 colaboradores. **Política de equidade:** Em 2022, a Controladora Alupar Investimento S.A. lançou o Programa de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI), chamado de Alento, com apoio de consultorias especializadas para promover tratamentos, revisar processos internos e fortalecer a comunicação sobre diversidade e inclusão em todas as empresas do grupo. A partir de 2024, o programa se destacou com a realização do Censo de DEI, conduzido por consultoria externa, cujo resultado tem sido fundamental para orientar o planejamento estratégico dos próximos anos, com foco em ampliar o respeito e consolidar um ambiente cada vez mais inclusivo. Abaixo segue a proporção de mulheres em cada nível da empresa (operacional, gerencial e diretoria) da Companhia:

Headcount	31/12/2025		31/12/2024	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Operacional	—	9	—	9
Administrativo	7	1	9	1
Estatário	—	—	—	1
Gerencial	—	—	—	—
Diretor	—	1	—	3
Conselho	—	4	—	5
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>15</b>	<b>9</b>	<b>19</b>

A tabela a seguir apresenta a média salarial dos colaboradores da Companhia segregados por gênero:

Tipo	31/12/2025		31/12/2024	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Média Salário Fixo Mensal	9.815	6.821	8.574	6.544

**5. Responsabilidade sócio ambiental:** A Companhia tem um comprometimento social e acredita na construção de uma sociedade mais justa e humana. Desta forma, está engajada no desenvolvimento de projetos sociais e ambientais que levam melhorias significativas às vidas dos membros da comunidade onde atua, tais como: ações voltadas ao incentivo cultural, desenvolvimento social e econômico da região. Abaixo destacamos alguns dos programas em andamento que tem como objetivo controle de aspectos ambientais da usina, mitigação de seus impactos socioambientais e geração de dados consistentes sobre o meio ambiente da região: • Programa de Monitoramento da Estabilidade de Encostas Marginais e Processos Erosivos; • Programa de Monitoramento Hidrológico; • Programa de Recuperação da APP; • Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos; • Programa de Recuperação de Áreas Degradadas; • Programa de Transposição Manual de Peixes; • Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas e Limnologia; • Programa de Monitoramento da Comunidade Aquática; • Programa de Monitoramento de Ictiofauna; • Programa de Monitoramento de Fauna Terrestre e Alada; • Programa de Educação Ambiental; e, • Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial (PACUERA). Em seguida, citamos os programas cujo o público alvo são população residente no entorno da usina: • Programa de Comunicação Social, e, • Programa de Educação Ambiental.

**6. Auditoria Independente:** Em atendimento à instrução CVM nº 23/2021, informamos que contratamos a KPMG Auditores Independentes Ltda. para prestação dos serviços de auditoria das nossas informações contábeis intermediárias, bem como de revisões das informações trimestrais ("ITR"), preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade International Financial Reporting Standards ("IFRS"). Adotamos o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, sendo os serviços prestados pela KPMG foram contratados para os exercícios de 2024 e 2025.

**PMSENG final:** Finalmente, queremos deixar nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, seguradoras, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Diretoria

## Demonstrações dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto lucro básico e diluído por ação)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>18</b>	<b>96.415</b>	<b>107.030</b>	<b>224.742</b>
<b>Custos operacionais</b>				

← continuação

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Missões, no Rio Ijuí, com participação direta de 51%, e que passou a ser consolidada a partir de 1º de setembro de 2022 após assumir o controle das atividades mais relevantes. Em 21 de julho de 2023, a ANEEL publicou o Despacho nº 2.474/23, que autorizou o início de operação comercial da EAP I, responsável por implantar e explorar o parque eólico AW São João, localizado no município de Jandairá, no Rio Grande do Norte, composto por 6 unidades geradoras de 4,2 MW, totalizando potência instalada de 25,2 MW e garantia física de 14,1 MW médios. Em 13 de setembro de 2023, a ANEEL publicou o Despacho nº 3.394/23, que autorizou o início de operação comercial da EAP II, responsável por implantar e explorar o parque eólico AW Santa Régia, localizado no município de Jandairá, no Rio Grande do Norte, composto por 9 unidades geradoras de 4,2 MW, totalizando potência instalada de 37,8 MW e garantia física de 21,7 MW médios.

Controladas	Localização	Resolução		Prazo da Autorização		Energia assegurada MW
		ANEEL nº	Início	Fim	Operação	
Eólica do Agreste Potiguar I	Jandira (RN)	8521/2020	24/01/2020	17/11/2055	27/07/2023	25.200
Eólica do Agreste Potiguar II	Jandira (RN)	8520/2020	24/01/2020	17/11/2055	13/09/2023	37.800
Ijuí Energia S.A.	Salvador das Missões (RS)	006/2006	29/03/2011	03/02/2046	28/03/2011	51.000

Os prazos das autorizações das Companhias de fonte eólica podem ser prorrogados a critério do poder concedente, não sendo necessária a alteração dos prazos. Em relação à EAP I, o contrato de concessão da controlada Ijuí Energia S.A. o mesmo pode ser prorrogado, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, mediante requisição do concessionário e observadas as condições expostas na Legislação. O contrato de concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, mediante indenização dos investimentos em imobilizado realizados e ainda não depreciados, apurados por auditoria da ANEEL. **1.1 Acordo para autoprodução com a WEG S.A.:** Em 05 de julho de 2023, a controlada Eólica do Agreste Potiguar II ("EAP II") celebrou contrato com duas controladas da WEG S.A. ("WEG") para a formação de uma parceria societária que tem por objeto a geração de energia para o consumo pelas unidades produtivas da WEG. A EAP II e a WEG firmam essa Parceria para explorar o parque eólico AW Santa Régia localizado no município de Jandairá - RN, que terá capacidade instalada de 37,8 MW e garantia física de 21,7 MW médios, dos quais cerca de 15 MW médios serão anualmente entregues à WEG sob o regime de autoprodução por equiparação, com o fornecimento de energia em janeiro de 2024 até 31 de dezembro de 2024. **Cortes de geração (curtailment):** As controladas EAP I e EAP II foram afetadas ao longo do exercício de 2025 com o crescimento dos cortes de geração de energia (curtailment) afetando diretamente a receita da Companhia e os custos com compra de energia. Neste contexto, diante do aumento expressivo de pleitos de geradores eólicos junto à ANEEL para reconhecimento dessas situações de *constrained-off*, o Despacho nº 2.303/2019 suspendeu os ressarcimentos previstos nos contratos firmados no ACR e CER até a regulamentação do tema, posteriormente disciplinada pela Resolução Normativa (REN) nº 927/2021 (consolidada pela REN nº 1.030/2022). Em síntese, o referido instrumento regulatório estabeleceu três marcos temporais para apuração dos cortes e elegibilidade à compensação: **• Até março/2021:** Restrito a usinas no ACR/CER com pedidos de reconhecimento protocolados na ANEEL. **• Abril/2021 a outubro/2021:** Aplicável a todas as usinas no ACR/CER, independentemente de protocolo de pedido de reconhecimento. **• A partir de outubro/2021:** Abrangência geral à todas as usinas afetadas, independentemente do ambiente de comercialização. A metodologia para apuração e compensação dos eventos de *constrained-off* para empreendimentos de geração com contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre (ACL) foi definida através da REN nº 1.109/2024, com fluxos de reabilitações previsto para iniciar em junho/2025, de acordo com o Comunicado CCEE nº 372/25. Em regra, o pagamento da compensação é devido apenas quando a soma dos tempos de restrição por *constrained-off* - classificados como indisponibilidade externa e acumulados desde o início do ano civil - superar a indisponibilidade média das funções de transmissão. Entretanto, em 25 de novembro de 2025, a promulgação da Lei nº 15.269/2025 trouxe um novo ordenamento jurídico para os cortes ocorridos entre 01 de setembro de 2023 e a data de publicação da Lei. Mediante a assinatura de um Termo de Compromisso com o Poder Concedente, titulares de usinas eólicas e solares poderão fazer jus à compensação dos cortes por indisponibilidade externa, sem fiança de horas, e confiabilidade elétrica. Como contrapartida, a compensação está condicionada: i) à renúncia do direito de discutir na via administrativa, arbitral ou judicial compensações pretéritas e ii) à desistência de eventual ação judicial em curso. Em decorrência da nova legislação: **• A CCEE,** por meio dos Comunicados nº 937/25 e 97/26, suspendeu as reabilitações, até o término da fase integral de regulamentação. **• O Ministério de Minas e Energia (MME)** instaurou a Consulta Pública nº 210/2025 para discutir a minuta do Termo de Compromisso, cujo prazo de contribuições encerrou-se em 16 de janeiro de 2026. Considerando os eventos acima descritos, ressalta-se que, até a data de autorização de emissão destas demonstrações contábeis, a Administração da Companhia não deliberou formalmente sobre a intenção de aderir (ou não) ao termo de compromisso previsto na Lei 15.269 e de renunciar às ações judiciais relacionadas ao curtailment. Vale ressaltar que as deliberações finais por parte da Companhia ocorrerão somente após as próximas deliberações sobre o tema. Consequentemente nenhum ganho relativo a compensação econômica pelos eventos de restrições nas operações foram reconhecidas nestas demonstrações contábeis.

### 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

**2.1 Base de preparação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e também de acordo com as normas internacionais de Relatoário Financeiro (IFRS) emitidas pelo Intergrup Standard Setting Board (IASB). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para Companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Declaração de conformidade:** A autorização para emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foi efetuada em Declaração de Diretoria realizada em 25 de fevereiro de 2026. Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações contidas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros mensurados a valor justo. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a respeito do valor recuperável, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outros provisões e inclusive provisões para contingências. **Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota 3.2 -** Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros e nota explicativa 8 - Ativo imobilizado; **• Nota 7 -** Contexto - Opções de compra de ações outorgadas - definição da categoria do instrumento financeiro; **• Nota 2.5 -** Critérios de consolidação - determinação se a Companhia detém controle sobre as investidas; **• Nota 8 -** Imobilizado e nota explicativa 3.6 - Imobilizado - aplicação das vidas úteis definidas; **• Nota 13 -** Imposto de renda e contribuição social diferidos e nota explicativa 3.8 - Tributação - expectativa de realização do saldo; **• Nota 14 -** Provisão para contingências e nota explicativa 3.5 - Provisões - estimativa do risco; **• Os Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão de relatório são significativas de modo a resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota 3.2 -** Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros e nota explicativa 8 - Ativo imobilizado; principais premissas em relação aos valores recuperáveis; **• Nota explicativa 3.11 -** Arrendamentos - taxa aplicada e contratos considerados; **• Nota 6 -** Contas a Receber e nota explicativa 3.13 - Receita de geração de energia elétrica - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber: estimativa de valores que não serão recebidos; **• Nota 8 -** Imobilizado e nota explicativa 3.6 - Imobilizado - taxa de depreciação; **• Nota 13 -** Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e nota explicativa 3.8 - Tributação - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro; **• Nota 14 -** Provisões para contingências e nota explicativa 3.5 - Provisões - reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

### 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, salvo indicação ao contrário. **3.1 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** Os saldos de contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia ou suas controladas se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia ou suas controladas mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir: **•** é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e **•** seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia ou suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma que atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócios:** A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem: **•** As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Ecles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia ou suas controladas tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; **•** Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração; **•** Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; **•** Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e **•** A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transações de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** **•** Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. **•** Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e ganhos e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram inicialmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao VJR. Um passivo financeiro é reclassificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso o instrumento seja mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento:** **Ativos financeiros:** A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou ao qual a Companhia ou suas controladas nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia ou suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001 que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/03/2026 A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicadefile.valor.com.br/valor/2026/03/19/FZORZICLARO1582845119032026.pdf Hash: 177386808126f48e3edcf9446288734ee08c7b6df0

## Foz do Rio Claro Energia S.A. - CNPJ nº 07.823.262/0001-03

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

referente ao rendimento das aplicações financeiras junto aos montantes resgatados apresentados nas atividades de investimentos. **3.18 Normas novas e interpretações vigentes e não vigentes:** **Em vigor desde 1º de janeiro de 2025:** Os principais normativos revisados e que são efetivos para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025, são:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Informações Financeiras	Ausência de conversibilidade/permutabilidade	01 de janeiro de 2025
OCPC 10 - Créditos de carbono (CO2e), permissões de emissão (allowances) e crédito de descarbonização (CBI0)	Garantir a consistência das informações financeiras intermediárias e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	01 de janeiro de 2025

A Companhia e suas controladas avaliaram as alterações nos pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Novas normas e interpretações ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas que ainda não estão em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após
CPC 36 (R2) Demonstrações consolidadas	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
IFRS 51 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações relacionadas ao Clima	Requisitos gerais para a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e clima	Adoção voluntária a partir de 01.01.2024 e obrigatória a partir de 01.01.2026 para companhias abertas
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01 de janeiro de 2026
CPC 18 (R2) Investimento em coligada, em controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	01 de janeiro de 2026
IFRS 18 - Apresentação e divulgação em Informações Financeiras Intermediárias	Novo norma que altera a estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	01 de janeiro de 2027
IFRS 19- Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações	Permite que as subsidiárias apliquem as normas IFRS com requisitos de divulgação reduzidos	01 de janeiro de 2027

A Companhia e suas controladas avaliaram as alterações nos pronunciamentos acima e espera impactos substanciais nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas na adoção das normas IFRS S1 pra fins de informações financeiras relacionadas a sustentabilidade e Clima e IFRS 18 para as demonstrações contábeis.

### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Remuneração		Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fundo fixo	-	2	-	2	-	9
Banco conta movimento	-	19	-	142	-	3.229
Aplicações financeiras automáticas	120,00 % do CDI	-	-	3.157	-	3.157
			21	3.301	3.238	9.326

As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se a aplicações automáticas vinculadas à conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo, portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

### 5. INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Investimento de curto prazo	Remuneração		Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fundo de Investimento - STA Energia	100,44% do CDI	94,99% do CDI	77.880	109.528	119.167	158.135
Fundo de Investimento - Banco do Nordeste - BNB	99,39% do CDI	90,72% do CDI	-	-	5.435	2.928
			77.880	109.528	124.602	161.063

#### Títulos e valores mobiliários

STA Energia - Controlada "Ijuí"	100,44% do CDI	94,99% do CDI	-	-	6.269	5.983
			-	-	6.269	5.983

**Fundo de Investimento STA:** A Companhia e suas controladas aplicam seus recursos no Fundo de Investimento STA Energia (fundo não exclusivo), cujo o objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente, em operações comprissadas e títulos públicos. Os montantes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Fundo de Investimento BNB:** As controladas EAP I e EAP II aplicam seus recursos no fundo de investimento, Fundo Soberano BNB, cujo objetivo é acompanhar as variações dos certificados de depósitos interfinanceiros (CDI). Os montantes são mensurados ao valor justo por meio do Resultado.

### 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Ativo circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Suprimento de energia elétrica - Ambiente regulado	12.190	11.334	27.703	26.271
Contas a Receber Curto Prazo CCEE	567	566	1.723	1.750
	12.757	11.900	29.426	28.021

Os montantes de suprimento de energia elétrica são constituídos pelos valores faturados em aberto da controladora e suas controladas Ijuí Energia, EAP I e EAP II que serão recebidos a partir dos meses subsequentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado. Os valores da rubrica "Contas a receber curto prazo - CCEE" referem-se a valores a receber da controladora e suas controladas e aos montantes estimados e não faturados, que serão liquidados no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, visto que não há histórico de perdas e/ou expectativas de perdas e não há saldos vencidos no contas a receber de clientes. Os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento. Os contratos de venda de energia no mercado de curto prazo (ACL), são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

### 7. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

**Opções de compra de ações outorgadas: Aumento de Capital na EAP II e conversão de ações:** Conforme contrato celebrado em 5 de julho de 2023, divulgado na nota explicativa nº 1.1, a WEG efetuou aporte de capital na EAP II no montante de R\$10.656 em 6 de outubro de 2023 e com isso adquiriu 10.829.042 ações ordinárias da EAP II, ao preço de R\$0,98 por ação. A Alupar e Foz do Rio Claro realizaram troca de ações, ordinárias por preferenciais, em uma razão de 11 ações ON para 1 ação PN, que não resultou na perda de controle da Foz do Rio Claro. A Alupar passou a ser proprietária de 4.087.876 ações preferenciais mediante a conversão de 44.969.803 ações ordinárias de emissão da Companhia e de sua titularidade em 11.264.731 ações preferenciais mediante a conversão de 112.922.008 ações ordinárias de emissão da Companhia e de sua titularidade em 10.264.731 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, portanto aproximadamente 11 ações ordinárias para cada ação preferencial. Com isso a participação acionária na EAP II passou a ser a seguinte:

	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Alupar Investimento	1.003.573	6,99%	4.087.876	28,48%	5.091.449	17,74%
Foz do Rio Claro Energia S.A.	2.519.992	17,56%	10.264.731	71,52%	12.784.723	44,54%
WEG Equipamentos	9.876.086	68,81%	-	0,00%	9.876.086	34,41%
WEG Linhares	952.956	6,64%	-	0,00%	952.956	3,32%
<b>Total das ações</b>	<b>14.352.607</b>	<b>100,00%</b>	<b>14.352.607</b>	<b>100,00%</b>	<b>28.705.214</b>	<b>100,00%</b>

Conforme descrito no contrato, na distribuição de dividendos, cada ação preferencial fará jus ao recebimento de dividendo correspondente a 10 vezes o valor distribuído a cada ação ordinária, logo a WEG fará jus de 6,86% do dividendo distribuído e a Alupar e Foz do Rio Claro terão jus a cerca de 93,14%. O contrato ainda prevê opção de compra e venda de ações, no qual dá direito, e obriga a Alupar e a Foz do Rio Claro a recomprarem a totalidade das ações detidas pela WEG, podendo ser exercida por qualquer acionista a qualquer tempo durante o prazo do contrato observada as hipóteses descritas em contrato. O preço tanto pela compra pela Alupar e Foz do Rio Claro, como pela venda da WEG será o valor apurado, de R\$10.656, atualizado pelo IPCA. Como se trata de um instrumento com opção de venda, o CPC 39 (IAS 32) em 23 determina que tal instrumento seja classificado como passivo financeiro e não como item de patrimônio, não obstante, a Administração avaliou que a Alupar e a Foz do Rio Claro possuem direitos substantivos sobre a EAP II, possuindo controle sobre as atividades relevantes e estando mais expostas aos riscos e retornos, diante desse cenário, para fins de reconhecimento da equivalência patrimonial e consolidação, é considerado que não existe participação de acionistas não controladores na EAP II em relação a participação da WEG que foi tratado como instrumento financeiro. O respectivo passivo foi contabilizado na rubrica de opções de compra de ações outorgadas no passivo circulante no montante de R\$ 7.621. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2025 é R\$ 8.445.

**Movimentação do investimento:** As informações do investimento estão apresentadas a seguir:

Controlada	Participação		Saldo em 31/12/2025		Patrimônio Líquido do período	Resultado do período
	ações ordinárias	societária (%)	Ativo Passivo	Líquido		
Controladas:						
EAP I	106.927.392	79,08	191.171	106.189	91.777	(6.795)
EAP II (*)	161.413.376	71,52	306.254	169.973	153.888	(17.607)
Ijuí Energia	160.704.291	51,00	392.472	40.017	314.103	38.352
<b>Total Consolidado</b>	<b>429.045.059</b>		<b>889.897</b>	<b>316.179</b>	<b>559.768</b>	<b>13.950</b>

Controlada	Participação		Saldo em 31/12/2024		Patrimônio Líquido do período	Resultado do período
	ações ordinárias	societária (%)	Ativo Passivo	Líquido		
Controladas:						
EAP I	106.927.392	79,08	198.247	106.470	97.437	(5.660)
EAP II (*)	161.413.376	71,52	326.794	172.906	162.642	(8.754)
Ijuí Energia	160.704.291	51,00	407.636	67.532	299.200	40.904
<b>Total Consolidado</b>	<b>429.045.059</b>		<b>932.677</b>	<b>346.908</b>	<b>559.279</b>	<b>26.490</b>

(\*) Para fins de reconhecimento da equivalência patrimonial e consolidação, é considerado que não existe participação de acionistas não controladores na EAP II em relação a participação da WEG tendo em vista a opção de compras das ações de maneira irrevogável e irretirável, conforme citado da Nota Explicativa 1.1. A movimentação dos investimentos para o exercício findo 31 de dezembro de 2025 é:

Movimentação dos investimentos	Resultado das Participação		Resultado de		Saldo em 31/12/2025
	Saldo em 31/12/2024	em 31/12/2025	equivalência	dividendos	
Controladas:					

Foz do Rio Claro Energia S.A. - CNPJ nº 07.823.262/0001-03

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

8. IMOBILIZADO

A composição e movimentação do custo do imobilizado e da depreciação é a seguinte:

	Consolidado										
	Controladora					Consolidado					
Taxa média anual de depreciação	31/12/2024	Adições	Baixas	Outros (I)	31/12/2025	31/12/2024	Adições	Baixas	Transf. rência	Outros (I)	31/12/2025
<b>Em serviço</b>											
Terenos	-	20.315	48	(1.385)	18.978	49.138	48	-	-	(1.385)	47.801
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2%	122.126	-	-	122.126	328.601	-	-	-	-	328.601
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2%	99.382	148	-	99.530	138.439	148	-	-	-	138.587
Máquinas e Equipamentos	3%	170.938	1.537	-	172.475	909.033	3.821	(2)	4.226	(84)	916.994
Veículos	15%	62	(48)	-	14	172	-	(57)	-	-	115
Móveis e Utensílios	4%	117	15	-	132	231	145	-	-	-	376
Direito de Uso sobre Arrendamento	12%	744	-	184	928	8.615	-	-	-	(323)	8.292
<b>Total do custo do imobilizado</b>		<b>413.684</b>	<b>1.748</b>	<b>(48)</b>	<b>414.183</b>	<b>1.434.229</b>	<b>4.162</b>	<b>(59)</b>	<b>4.226</b>	<b>(1.792)</b>	<b>1.440.766</b>
<b>Depreciação</b>											
Reservatórios, Barragens e Adutoras	(38.378)	(2.672)	-	-	(41.050)	(100.425)	(7.170)	-	-	-	(107.595)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	(29.202)	(2.038)	-	-	(31.240)	(43.681)	(3.222)	-	-	-	(46.303)
Máquinas e Equipamentos	(74.146)	(5.399)	-	-	(79.545)	(197.875)	(33.678)	-	-	-	(231.553)
Veículos	(60)	-	48	-	(12)	(143)	(5)	57	-	-	(91)
Móveis e Utensílios	(46)	(7)	-	-	(53)	(105)	(20)	-	-	-	(125)
Direito de Uso sobre Arrendamento	(473)	(99)	-	-	(572)	(1.460)	(488)	-	-	-	(1.948)
<b>Total da depreciação</b>	<b>(142.310)</b>	<b>(10.215)</b>	<b>48</b>	<b>-</b>	<b>(152.477)</b>	<b>(343.689)</b>	<b>(44.583)</b>	<b>57</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(389.215)</b>
<b>Total imobilizado em serviço</b>		<b>271.374</b>	<b>(8.467)</b>	<b>-</b>	<b>261.706</b>	<b>1.090.540</b>	<b>(40.421)</b>	<b>(2)</b>	<b>4.226</b>	<b>(1.792)</b>	<b>1.051.551</b>
<b>Em curso</b>											
Depósitos judiciais	949	408	(161)	-	1.196	949	802	(161)	-	-	1.590
Edificações	375	299	-	-	674	375	384	-	-	-	759
Adiantamento de fornecedores	-	-	-	-	-	144	515	(162)	22	(5)	514
A ratear	-	-	-	-	-	4.248	-	-	(4.248)	-	-
<b>Total imobilizado em curso</b>		<b>1.324</b>	<b>707</b>	<b>(161)</b>	<b>1.870</b>	<b>5.716</b>	<b>1.701</b>	<b>(323)</b>	<b>(4.226)</b>	<b>(5)</b>	<b>2.863</b>
<b>Total do imobilizado líquido</b>		<b>272.698</b>	<b>(7.760)</b>	<b>(161)</b>	<b>263.576</b>	<b>1.096.256</b>	<b>(38.720)</b>	<b>(325)</b>	<b>-</b>	<b>(1.797)</b>	<b>1.054.414</b>

(I) Outros refere-se a remensuração de arrendamentos e baixa de provisões de desapropriações.

	Consolidado										
	Controladora					Consolidado					
Taxa média anual de depreciação	31/12/2023	Adições	Transf. rência	Outros (I)	31/12/2024	31/12/2023	Adições	Baixas	Transf. rência	Outros (I)	31/12/2024
<b>Em serviço</b>											
Terenos	-	11.300	-	9.015	-	20.315	40.172	-	(49)	9.015	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2%	121.772	354	-	122.126	328.247	354	-	-	-	328.601
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2%	99.029	353	-	99.382	138.018	421	-	-	-	138.439
Máquinas e Equipamentos	3%	170.473	465	-	170.938	899.714	2.472	-	-	6.847	909.033
Veículos	15%	60	2	-	62	142	30	-	-	-	172
Móveis e Utensílios	4%	100	17	-	117	209	22	-	-	-	231
Direito de Uso sobre Arrendamento	12%	707	-	-	744	5.985	-	-	-	2.630	8.615
<b>Total do custo do imobilizado</b>		<b>403.441</b>	<b>1.191</b>	<b>9.015</b>	<b>413.684</b>	<b>1.412.487</b>	<b>3.299</b>	<b>(49)</b>	<b>9.015</b>	<b>9.477</b>	<b>1.434.229</b>
<b>Depreciação</b>											
Reservatórios, Barragens e Adutoras	(35.713)	(2.665)	-	-	(38.378)	(93.262)	(7.163)	-	-	-	(100.425)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	(27.172)	(2.030)	-	-	(29.202)	(40.465)	(3.216)	-	-	-	(43.681)
Máquinas e Equipamentos	(68.790)	(5.356)	-	-	(74.146)	(164.410)	(33.465)	-	-	-	(197.875)
Veículos	(60)	-	-	-	(60)	(140)	(3)	-	-	-	(143)
Móveis e Utensílios	(40)	(6)	-	-	(46)	(92)	(13)	-	-	-	(105)
Direito de Uso sobre Arrendamento	(399)	(79)	-	-	(478)	(1.016)	(444)	-	-	-	(1.480)
<b>Total da depreciação</b>	<b>(132.174)</b>	<b>(10.136)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(142.310)</b>	<b>(299.385)</b>	<b>(44.304)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(343.689)</b>
<b>Total imobilizado em serviço</b>		<b>271.267</b>	<b>(8.945)</b>	<b>-</b>	<b>271.374</b>	<b>1.113.102</b>	<b>(41.005)</b>	<b>(49)</b>	<b>9.015</b>	<b>9.477</b>	<b>1.090.540</b>
<b>Em curso</b>											
Depósitos judiciais	4.613	4.772	(9.015)	579	949	4.613	4.772	-	(9.015)	579	949
Edificações	-	375	-	-	375	12.957	375	-	-	-	375
Adiantamento de fornecedores	-	-	-	-	-	4.248	-	-	(12.813)	-	144
A ratear	-	-	-	-	-	4.248	-	-	-	-	4.248
<b>Total imobilizado em curso</b>		<b>4.613</b>	<b>5.147</b>	<b>(9.015)</b>	<b>579</b>	<b>1.324</b>	<b>21.818</b>	<b>5.147</b>	<b>(9.015)</b>	<b>(12.234)</b>	<b>5.716</b>
<b>Total do imobilizado líquido</b>		<b>275.880</b>	<b>(3.798)</b>	<b>-</b>	<b>272.698</b>	<b>1.134.920</b>	<b>(35.858)</b>	<b>(49)</b>	<b>-</b>	<b>(2.757)</b>	<b>1.096.256</b>

(I) Outros refere-se a remensuração de arrendamentos e constituição de provisão para desmobilização de ativos das controladas "EAP I" e "EAP II". As controladas EAP I e EAP II realizaram, no encerramento do exercício de 2025, a análise de indicadores de perda por impairment em seus ativos, conforme exigido pelas normas contábeis aplicáveis. Após essa análise as controladas EAP I e EAP II identificaram indicadores de Impairment e conforme exigido pelas normas contábeis, realizou teste em relação ao valor recuperável dos ativos. As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representa a avaliação de tendências futuras da Administração no segmento e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas. - Para fins de definição de Unidade Geradora de Caixa a Companhia considerou as EAPs (EAP I e EAP II) como sendo uma única fonte geradora de caixa em função das controladas monitorarem a execução e performance do parque de forma consolidada e utilizarem a mesma estrutura administrativa e operacional dos parques; - O valor recuperável foi determinado com base no valor em uso, calculado a partir do fluxo de caixa projetado, descontado a uma taxa média de custo de capital (WACC) de 9,95%, apurada antes dos impostos; - O período de projeto utilizado para elaboração do fluxo de caixa descontado considerou o prazo de autorização determinado pelo poder concedente. - O volume de

11. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

O saldo de empréstimos e debêntures é composto da seguinte forma:

Empresas	Condições contatadas dos empréstimos e financiamentos									
	Controladora					Consolidado				
	Financiadores	Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	Encargos Indexador Juros %	Periodicidade da amortização (Principal/Juros)	Custos a amortizar	Encargos de dívidas Principal Total	Custos a amortizar	Encargos de dívidas Principal Total
Foz do Rio Claro	Pentágono S.A.	15/09/2021	15/09/2028	600.000	100% da taxa DI 2,00% a.a.	Semestral	(1.397)	1.426 598.057 598.086	(1.397)	1.426 598.057 598.086
Ijuí Energia	BNDES	09/04/2008	15/09/2027	168.200	TJPL 3,17% a.a.	Semestral	-	- - -	-	- - -
EAP I	BNB	15/12/2023	15/10/2047	84.139	IPCA 4,55% a.a.	Mensal	-	- (1.029)	-	286 68.464 67.721
EAP II	BNB	15/12/2023	15/10/2047	114.738	IPCA 4,55% a.a.	Mensal	-	- (1.441)	-	400 95.612 94.571
EAP I	Debentures	19/01/2024	15/12/2039	25.000	IPCA 6,40% a.a.	Semestral	-	- (962)	-	74 27.133 26.245
EAP II	Debentures	19/01/2024	15/12/2038	55.000	IPCA 6,40% a.a.	Semestral	-	- (1.833)	-	151 56.047 54.365
							<b>(1.397)</b>	<b>1.426 598.057 598.086</b>	<b>(6.662)</b>	<b>2.443 872.632 868.413</b>
							<b>(342)</b>	<b>1.426 38.057 39.141</b>	<b>(654)</b>	<b>2.443 59.923 61.702</b>
							<b>(1.055)</b>	<b>560.000 558.945</b>	<b>(5.998)</b>	<b>- 812.709 806.711</b>
							<b>(1.397)</b>	<b>1.426 598.057 598.086</b>	<b>(6.662)</b>	<b>2.443 872.632 868.413</b>

11.1.1ª Emissão de debêntures - Controladora: Em 15 de setembro de 2021 foi efetuada a primeira emissão na Controladora de R\$ 600.000 (seiscentos milhões de reais), em debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$ 1.000, onde os recursos foram transferidos para a Foz do Rio Claro no dia 08 de outubro de 2021. A Alupar Investimento S.A. é garantidora da Companhia. A remuneração das debêntures contempla juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia + 1,70% a.a., expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil. As amortizações ocorrerão em três parcelas anuais e sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 15 de setembro de 2026, e o vencimento da dívida se dará em 15 de setembro de 2028. De acordo com cláusula 4, item 4.14 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª emissão de Debêntures, não haverá repactuação programada das Debêntures. As debêntures possuem cláusulas restritivas ("covenants") a serem apuradas pela fiadora Alupar Investimento S.A., e apresentadas trimestralmente ao agente fiduciário (Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários). Em 22 de janeiro de 2025 a Companhia realizou o pagamento integral das debêntures no montante de R\$ 633.220 com recursos oriundos do ingresso da 2ª Emissão de debêntures. 11.2 2ª Emissão de debêntures - Controladora: Em 09 de janeiro de 2025 a controladora Foz do Rio Claro efetuou a segunda emissão de debêntures simples não conversíveis em ações no montante de R\$ 560.000 com o valor nominal de R\$ 1.000, as quais serão objeto de oferta pública de distribuição, conforme resolução CVM nº 160. O recebimento das debêntures ocorreu em 15 de janeiro de 2025. A remuneração das debêntures contempla juros remuneratórios equivalentes a 100% DI + Spread 0,54% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. As amortizações dos juros ocorrerão em pagamentos semestrais, e o valor principal será amortizado em duas parcelas, sendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2029 e o segundo pagamento em 15 de janeiro de 2030. 11.3 Empréstimos BNDES - Controladora: O financiamento junto ao BNDES na Controlada Ijuí Energia S.A. teve como finalidade a construção da Usina Hidrelétrica São José, assim como a implantação da linha de transmissão para conexão do Sistema Interligado Nacional da Usina Hidrelétrica São José. O contrato de financiamento foi assinado em 9 de abril de 2008, e os recursos relacionados a este financiamento foram liberados pelo BNDES entre o período de fevereiro de 2009 a outubro de 2010. Este contrato de financiamento possuía as seguintes condições contratuais iniciais: remuneração pela TJLP acrescido de juros de 3,13% ao ano, e amortização do principal e encargos em 192 parcelas mensais e consecutivas, vencendo a primeira em 15 de agosto de 2010. Adicionalmente, foram efetuados três aditivos contratuais, relacionados abaixo: 1. Aditivo contratual ocorrido em 02 de julho de 2009; inclusão do acionista FI-FGTS como interveniente no contrato de financiamento. 2. Aditivo contratual ocorrido em 12 de julho de 2010: alteração da conta centralizadora a ser utilizada para liquidação do financiamento. 3. Aditivo contratual ocorrido em 16 de novembro de 2010: alteração da taxa de juros e prazo de vencimento, ou seja, o spread do financiamento passou a ser de 3,17% ao ano, e o vencimento da primeira parcela do principal e encargos passou a ser em 15 de outubro de 2011. As quantidades de parcelas de amortização não foram alteradas, sendo o vencimento final deste contrato em 15 de setembro de 2027. A Companhia Ijuí Energia S.A. possui os seguintes covenants estabelecidos em seu contrato de financiamento, apurados e exigidos anualmente: • Índice de capitalização ≥ 25%; • Índice de cobertura de serviço da dívida ≥ 1,2. A Administração da Companhia e suas controladas acompanham os índices financeiros e obrigações estabelecidos em contrato. 11.4 Empréstimos BNB: Em 29 de setembro de 2023 as Controladas Eólica Agreste Potiguar I e Eólica Agreste Potiguar II celebraram junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. o Contrato de Financiamento por instrumento Particular nº 35.2023.9396.30266, no valor de R\$ 84.139 para a "EAP I" e contrato nº 35.2023.9396.30267 no valor de R\$ 114.738 (EAP II) Os recursos relacionados a este financiamento foram liberados parcialmente pelo Banco do Nordeste (BNB). Sendo a primeira liberação período de 15 de dezembro de 2023, representando 85% do valor total, ou seja, R\$ 71.518 para a "EAP I" e em 20 de dezembro de 2023 o valor total de R\$ 97.527 para a "EAP II". Os 15% restantes do montante serão liberados à medida que forem comprovadas as obrigações financeiras relacionadas ao contrato. O financiamento possui como fator de correção Juros Básicos Fixo de 5,3534 % ao ano e sobre os Juros Básicos Fixos incidirão os Juros Básicos Variáveis (JVB) com base no Fator de Atualização Monetária (FAM) apurado pela variação média do IPCA, referente ao período entre o 2º e o 13º meses anteriores ao mês de cálculo. O financiamento possui carência do principal de 6 meses, com o primeiro pagamento de juros em 15/01/2024 a 15/04/2024. A partir de 15/05/2024, serão amortizados mensalmente principal e juros em 286 parcelas mensais consecutivas. Para contratação do Financiamento foi exigido contratação de Fiança Bancária em favor do Banco, no valor equivalente a liberação do recurso financiado. A Fiança será mantida até a data efetiva da liquidação do contrato. A Companhia mantém acompanhamento de todas as obrigações definidas na escritura de emissão. Não há obrigações atreladas a índices financeiros em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024. 11.5 1ª Emissão de debentures - Controladas EAP I e EAP II: Em 15 de janeiro de 2024 as controladas "EAP I" e "EAP II" efetuaram a primeira emissão de debêntures simples não conversíveis em ações no montante de R\$ 25.000 (EAP I) e R\$ 55.000 (EAP II) com o valor nominal de R\$ 1.000. O recebimento das debentures ocorreu em 19 de janeiro de 2024. A remuneração das debentures contempla juros remuneratórios equivalentes a IPCA + 6,40% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. As amortizações ocorrerão em pagamentos semestrais, primeiro pagamento de juros previsto para junho de 2024 e amortização do principal iniciando em dezembro de 2024. O vencimento da dívida se dará em 15 de dezembro de 2039 (EAP I) e 15 de dezembro de 2038 (EAP II). A Controladora mantém acompanhamento de todas as obrigações definidas na escritura de emissão. Não há obrigações atreladas a índices financeiros em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024. 11.6 As movimentações de empréstimos, debêntures e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

	Controladora													
	Saldo Final 31/12/2024	Ingresso de Dívidas	Encargos de Dívidas (nota 20)	Amortização Custo de Captação	Amortização de Principal	Amortização de Juros	Saldo Final 31/12/2025	Saldo Final 31/12/2023	Ingresso de Dívidas	Encargos de Dívidas (nota 20)	Amortização Custo de Captação	Amortização de Principal	Amortização de Juros	Saldo Final 31/12/2024
<b>Moeda nacional</b>														
1ª emissão de debêntures	621.513	-	11.707	-	-	(600.000)	(33.220)	-	-	-	-	-	-	-
2ª emissão de debêntures	-	560.000	77.848	-	-	(38.365)	599.483	-	-	-	-	-	-	-
(-) custo de captação - a amortizar	(295)	(1.738)	-	636	-	-	(1.397)	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>621.218</b>	<b>558.262</b>	<b>89.555</b>	<b>636</b>	<b>(600.000)</b>	<b>(71.585)</b>	<b>598.086</b>							
<b>Moeda nacional</b>														
1ª emissão de debêntures	622.948	-	74.338	-	-	(75.773)	621.513	-	-	-	-	-	-	-
(-) custo de captação - a amortizar	(374)	-	-	79	-	-	(295)	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>622.574</b>													

Foz do Rio Claro Energia S.A. - CNPJ nº 07.823.262/0001-03

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

**(B) Perda possível:** Embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia e nem por suas controladas, no período findo em 31 de dezembro de 2025, merecem destaques as seguintes demandas:

**(i) Demandas tributárias:** Atualmente a Controladora possui doze processos (doze em 31 de dezembro de 2024) de natureza tributária com valor em risco aproximado em R\$ 1.487 (R\$ 1.404 em 31 de dezembro de 2024). Em face da controlada "Ijuí", atualmente existem dois processos de natureza tributária, (dois processos em 31 de dezembro de 2024) com valor em risco aproximado em R\$ 212 (R\$ 198 em 31 de dezembro de 2024), e que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, não são considerados relevantes para o negócio.

**(ii) Demandas cíveis:** Em face da controlada "Ijuí", atualmente existem três processos de natureza cível (o mesmo em 31 de dezembro de 2024) com valor em risco aproximado em R\$ 255 (R\$ 1.118 em 31 de dezembro de 2024), e que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, não são considerados relevantes para o negócio.

**(iii) Trabalhistas/Arbitrais/Ambientais/Regulatórias:** Não existem demandas dessas naturezas que, individualmente e, na avaliação da administração da Controladora e de suas Controladas, sejam considerados relevantes para o negócio.

15. PARTES RELACIONADAS

**15.1 Transações com partes relacionadas:** Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos em aberto na data-base das demonstrações contábeis individuais e consolidadas provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

**(A) Partes relacionadas: informações patrimoniais:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo circulante</b>				
Dividendos a receber - Alupar Investimento S.A.	-	4.954	-	-
Contas a receber de clientes - Alupar Investimento S.A.	-	-	3.205	2.259
Contas a receber de clientes - WEG Linhares Equipamentos Elétricos S.A.	-	-	255	1.191
Contas a receber de clientes - WEG Equipamentos Elétricos S.A.	-	-	1.883	1.918
		<b>4.954</b>	<b>5.343</b>	<b>5.368</b>

**15.2 Garantias:** As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2025
25/11/24	Diretoria	Foz	Alupar	Fiança	Pelo cumprimento de todas as obrigações principal e acessórias, decorrentes do PAGAMENTO DOS ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO referente ao contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST PERMANENTE nº 009/2010. Carta nº 100424110003100	25/11/24	25/11/26	1.484	1.484
18/02/09	Conselho de Administração	Ijuí	Alupar	Fiança	Prestação de Garantias (Fiança Ordinária) Direito sobre os Recebíveis do Poder Concedente Direitos Creditórios Contratos de Compra e Venda de Energia Direitos Creditórios Conta Centralizadora, Conta Reserva BNDES, Conta Reserva O&M e Conta Seguradora.	18/02/09	15/09/27	31.110	31.110
08/11/18	Diretoria	Foz e Ijuí	N/A	Fiança	Garantia do processo 0001487-22.2017.8.17.2730 - Carta nº 181578818	08/11/18	Indeterminado	935	935
26/05/25	Diretoria	Eólicia Agreste Potiguar I	Alupar	Fiança	Pelo cumprimento de todas as obrigações principal e acessórias, decorrentes do PAGAMENTO DOS ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO referente ao contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST PERMANENTE nº 153/2020 - Carta nº 100422050008000	26/05/26	27/05/26	220	220
30/11/23	Diretoria	Eólicia Agreste Potiguar I	Alupar	Fiança	Garantia do cumprimento de todas as obrigações contratuais até encerramento do contrato junto ao Banco do Nordeste - BNB - contrato de financiamento nº 35.2023.9396.30266 assinado em 27/09/2023	30/11/23	01/12/27	96.014	96.014
26/05/25	Diretoria	Eólicia Agreste Potiguar II	Alupar	Fiança	Pelo cumprimento de todas as obrigações principal e acessórias, decorrentes do PAGAMENTO DOS ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO referente ao contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST PERMANENTE nº 153/2020 - Carta nº 100422050008000	26/05/26	27/05/26	334	334
30/11/23	Diretoria	Eólicia Agreste Potiguar II	Alupar	Fiança	Comissão compromisso - Garantia do cumprimento de todas as obrigações contratuais até encerramento do contrato junto ao Banco do Nordeste - BNB - contrato de financiamento nº 35.2023.9392.30267 assinado em 27/09/2023	30/11/23	01/12/27	114.738	114.738

**15.3 Remuneração da alta administração:** De acordo o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição. A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores estabelece uma remuneração fixa aos membros da Diretoria e aos membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração faz jus a remuneração equivalente até 19% daquela devida à Diretoria.

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Benefícios de curto prazo (a)	(686)	(496)
Remuneração do conselho	(43)	(56)
<b>Total</b>	<b>(729)</b>	<b>(552)</b>

a) Compostos por salários, contribuições para benefícios como assistência médica, seguro de vida e vale refeição.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**16.1 Capital social:** Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 168.270 e está representado por 108.708.978 ações nominativas, sendo 67.717.178 ações ordinárias e 40.991.800 ações preferenciais, sem valor nominal.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ordinárias</b>	<b>67.717.177</b>	<b>100</b>	<b>40.991.800</b>	<b>100</b>
<b>Preferenciais</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>67.717.178</b>	<b>100</b>	<b>40.991.800</b>	<b>100</b>

**Reserva de Lucros: a. Reserva legal:** + 5% do lucro líquido anual apurado nos livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal foi compensada com prejuízos anteriores. Em 31 de dezembro de 2025 não há destinação de lucros para a reserva legal.

17. LUCRO E PREJUÍZO POR AÇÃO

A Companhia e suas controladas efetuam os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e ações preferenciais totais em circulação, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, conforme pronunciamento técnico CPC 41.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>(27.440)</b>	<b>(1.494)</b>	<b>(15.084)</b>	<b>14.871</b>
<b>Denominador</b>	<b>67.717.178</b>	<b>67.717.178</b>	<b>67.717.178</b>	<b>67.717.178</b>
<b>Média ponderada do número de ações ordinárias</b>	<b>40.991.800</b>	<b>40.991.800</b>	<b>40.991.800</b>	<b>40.991.800</b>
<b>Média ponderada do número de ações preferenciais</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Resultado básico e diluído por ação ordinária R\$</b>	<b>(0,2524)</b>	<b>(0,0137)</b>	<b>(0,1388)</b>	<b>0,1368</b>
<b>Resultado básico e diluído por ação preferencial R\$</b>	<b>(0,2524)</b>	<b>(0,0137)</b>	<b>(0,1388)</b>	<b>0,1368</b>

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Recarga de energia elétrica</b>	<b>341.640</b>	<b>103.594</b>	<b>342.575</b>	<b>99.087</b>
Suprimento de energia	3.835	1.493	10.003	5.338
Recargas de curto prazo CCEE	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>341.640</b>	<b>107.369</b>	<b>342.575</b>	<b>100.580</b>

**Deduções**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
PIS - Programa de integração social	(1.734)	(4.266)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	(7.985)	(7.583)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(941)	(883)
TFSE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(294)	(282)
<b>Total</b>	<b>(10.954)</b>	<b>(10,394)</b>

**Recarga operacional líquida**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Recarga operacional líquida	96.415	90.186
em comparação aos R\$ 224.742 (894.712 MWh) do mesmo período de 2024. O aumento de 5,9% de um período para o outro ocorreu principalmente pela atualização monetária dos contratos negociados no ambiente regulado (ACR) e liquidações na CCEE.		

19. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Custos Despesas operacionais</b>	<b>(8.494)</b>	<b>(8.350)</b>	<b>(15.957)</b>	<b>(15.705)</b>
Compensação financeira	(2.292)	(1.925)	(4.075)	(4.241)
Utilização do Bem Público - UBP	(54)	(54)	(99)	(99)
Doações, contribuições e subvenções	(10)	(14)	(35)	(15)
<b>Total</b>	<b>(10.850)</b>	<b>(14)</b>	<b>(20.146)</b>	<b>(20.095)</b>

**Despesas operacionais**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Energia comprada para revenda	(2.163)	(5.845)
Energia comprada para revenda - Partes relacionadas	(7.324)	(2.545)
Seguros	(290)	(39)
Aluguéis	(2.817)	(1.031)
Pessoal	(729)	(552)
Honorários da diretoria e conselho de administração	(531)	(51)
Material	(2.121)	(1.563)
Serviços de Terceiros	(1.916)	(1.676)
Serviços de Terceiros - partes relacionadas	(55)	(1.396)
Provisão para contingências	-	33
Outros	-	-
Outras receitas	-	-
<b>Total</b>	<b>(23.180)</b>	<b>(4.778)</b>

**Depreciação e Amortização**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Depreciação e Amortização	(11.317)	(10.813)
<b>Total</b>	<b>(45.347)</b>	<b>(4.893)</b>

A Companhia apresentou custos operacionais consolidados no montante de R\$ 138.798 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em comparação com R\$ 115.053 no mesmo período de 2024. O aumento de 20,6% entre um período e outro é justificado principalmente pela linha de compra de energia, apresentando o montante de R\$ 40.014 em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 19.996 em 31 de dezembro de 2024, ocasionado principalmente pelo efeito do crescimento dos cortes de geração de energia (curtailment) que afetaram as controladas EAP I e EAP II e pelas diferenças de preços de submercado. As despesas operacionais no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 apresentam aumento de 23,0% quando comparado ao mesmo período de 2024, justificado pela linha de de terceiros e despesas com pessoal.

20. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Despesas financeiras</b>	<b>11</b>	<b>(89.556)</b>	<b>(74.338)</b>	<b>(118.030)</b>
Encargos sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	-	(803)	(739)	(1.371)
Varição monetária UBP	-	(2.194)	(838)	(5.214)
Outros	-	(92.553)	(75.915)	(110.290)
<b>Recargas financeiras</b>	<b>8.980</b>	<b>10.940</b>	<b>16.372</b>	<b>16.363</b>
Recarga de aplicações financeiras	-	266	435	6.834
Outras receitas financeiras	-	1.745	17.585	23.197
<b>Total líquido</b>	<b>(83.307)</b>	<b>(64.540)</b>	<b>(107.030)</b>	<b>(87.093)</b>

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Composição dos tributos no resultado:</b>				
Na rubrica de tributos:				
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	13	8.099
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13</b>	<b>8.099</b>

**b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Alíquota nominal	(35.539)	(7.912)
Expectativa de (despesa) receita com tributos às alíquotas nominais	34%	34%
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva</b>	<b>12.083</b>	<b>2.690</b>
Incentivo fiscal diferido	503	-
Resultado de equivalência patrimonial	542	3.442
Despesas não dedutíveis para fins fiscais	(298)	(228)
Juros sobre capital próprio	(4.508)	-
Provisões para o qual não foi constituído imposto diferido	(248)	162
Arrendamento (CPC 06) para o qual não foi constituído imposto diferido	1	3
Outras	24	349
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>8.099</b>	<b>6.418</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>29%</b>	<b>81%</b>

**a) Composição dos tributos no resultado:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Na rubrica de tributos:		
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.896)	(3.806)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	10.918
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>6.022</b>

**b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Alíquota nominal	(21.106)	(11.869)
Expectativa de (despesa) receita com tributos às alíquotas nominais	34%	34%
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva</b>	<b>7.176</b>	<b>(4.035)</b>
Incentivo Fiscal corrente	(2.297)	593
Diferença de base - controladas lucro presumido	1.111	276
Doações - Lei Rouanet/Esporte/FIA	-	11.508
Utilização de prejuízo fiscal/base negativa anteriormente não reconhecido	-	27
Prejuízo fiscal do exercício para o qual não foi constituído ativo fiscal diferido	6.412	-
Despesas não dedutíveis para fins fiscais	(7.945)	(3.380)
Juros sobre capital próprio	(440)	(2.254)
Provisões para o qual não foi constituído imposto diferido	2.490	-
Arrendamento (CPC 06) para o qual não foi constituído imposto diferido	(347)	(170)
Amortização intangível para o qual não foi constituído imposto diferido	(314)	(56)
Outras	(23)	-
PAT	70	-
Efeito da alíquota adicional de 10% do IRPJ	24	37
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>6.022</b>	<b>3.002</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>29%</b>	<b>25%</b>

**a) Composição dos tributos no resultado:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Na rubrica de tributos:		
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.896)	(3.806)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	10.918
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>6.022</b>

**b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Alíquota nominal	(21.106)	(11.869)
Expectativa de (despesa) receita com tributos às alíquotas nominais	34%	34%
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva</b>	<b>7.176</b>	<b>(4.035)</b>
Incentivo Fiscal corrente	(2.297)	593
Diferença de base - controladas lucro presumido	1.111	276
Doações - Lei Rouanet/Esporte/FIA	-	11.508
Utilização de prejuízo fiscal/base negativa anteriormente não reconhecido	-	27
Prejuízo fiscal do exercício para o qual não foi constituído ativo fiscal diferido	6.412	-
Despesas não dedutíveis para fins fiscais	(7.945)	(3.380)
Juros sobre capital próprio	(440)	(2.254)
Provisões para o qual não foi constituído imposto diferido	2.490	-
Arrendamento (CPC 06) para o qual não foi constituído imposto diferido	(347)	(170)
Amortização intangível para o qual não foi constituído imposto diferido	(314)	(56)
Outras	(23)	-
PAT	70	-
Efeito da alíquota adicional de 10% do IRPJ	24	37
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>6.022</b>	<b>3.002</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>29%</b>	<b>25%</b>

**a) Composição dos tributos no resultado:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Na rubrica de tributos:		
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.896)	(3.806)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	10.918

→ continuação

## Foz do Rio Claro Energia S.A. - CNPJ nº 07.823.262/0001-03

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

#### 23. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o prejuízo:

	Controladora						Consolidado
	Saldo em Nota	Efeito caixa		Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2025	
		31/12/2024	Amortização Principal e Juros	Captações/ Ingressos	Encargos Outros		
<b>Aumento (redução) de passivos financiamento</b>							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11.b	621.218	(671.585)	558.262	89.555	636	598.086
Arrendamentos		289	(134)	-	31	184	370
		621.507	(671.719)	558.262	89.586	820	598.456
<b>Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento)</b>		<b>621.507</b>	<b>(671.719)</b>	<b>558.262</b>	<b>89.586</b>	<b>820</b>	<b>598.456</b>

#### Aumento (redução) de passivos financiamento

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Arrendamentos

Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento)

#### 24. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Controladora e suas controladas oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. A Controladora reconheceu no resultado o montante de R\$ 604 no exercício findo em 31 de dezembro 2025 (R\$ 709 em 31 de dezembro de 2024) e em face das suas controladoras o montante de R\$ 3.559 (R\$ 1.004 em 31 de dezembro 2024) referente a benefícios. No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

**Contador:** João Paulo Mendes do Nascimento - CRC 1SP218586/O-1

### Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026. **DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 27, §1º, VI DA INSTRUÇÃO CVM 80/22.** Declaramos, na qualidade de diretores da Foz do Rio Claro Energia S/A, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 07.823.262/0001-03 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

### Declaração dos Diretores sobre o Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026. **DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 27, §1º, V DA INSTRUÇÃO CVM 80/22.** Declaramos, na qualidade de diretores da Foz do Rio Claro Energia S/A, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 07.823.262/0001-03 ("Companhia"), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

### Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

**Aos Administradores e Acionistas da Foz do Rio Claro Energia S.A. - São Paulo - SP. Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Foz do Rio Claro S.A. ("Companhia"), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Foz do Rio Claro S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento e Receita de Geração de Energia Elétrica:** Veja as Notas 3.13 e 18 das demonstrações contábeis. **Principais assuntos de auditoria:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas reconheceram Receita de Geração de Energia Elétrica da demonstração de resultados individual e consolidada no montante de R\$ 96.415 mil e R\$237.913 mil, respectivamente, conforme divulgado na nota explicativa 18 às demonstrações contábeis. As receitas da Companhia e suas controladas são oriundas principalmente de geração de energia elétrica aos consumidores no ambiente regulado e livre. O reconhecimento da receita é realizado quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia e suas controladas esperam ter direito em troca destes bens. Este assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos, o volume e pulverização das operações de venda, bem como o risco de uma receita de venda de energia ser reconhecida sem a efetiva transferência do controle ao cliente e do cumprimento da obrigação de desempenho. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) Avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia no reconhecimento das receitas de geração de energia elétrica; (ii) Obtenção dos relatórios de Contratação de Energia emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE, onde confrontamos com os relatórios gerenciais da Companhia e de suas controladas relativos à Receita de geração de energia, com o objetivo de confrontar o volume de energia gerado e efetivamente entregue, bem como o período de suprimento. Adicionalmente, inspecionamos as contabilizações do corte da receita realizadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2025. (iii) Realização de procedimentos, em base amostral, para análise de contratos de venda de energia utilizados na mensuração do preço das transações consideradas no reconhecimento da receita de geração de energia elétrica; e (iv) Inspeção, em base amostral, de recebimentos subsequentes de faturas de venda de energia. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de geração de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto. **Teste por Redução ao Valor Recuperável:** Veja as Notas 3.2 e 08 das demonstrações contábeis. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia possuem em suas demonstrações contábeis, ativos não financeiros relacionados a ativos imobilizados de longa duração, referentes às usinas geradoras de energia. Devido à existência de indicadores de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros,

a Companhia realizou a estimativa do valor recuperável da unidade geradora de caixa ("UGC"), ao qual os ativos não financeiros estão alocados, com base no valor em uso. A determinação do valor em uso é baseada em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente. Para a construção da estimativa a Administração utilizou-se de premissas, tais como taxa de desconto, volume, preço de venda, períodos de continuidade das operações e gastos para reparação dos equipamentos. Por haver alto grau de julgamento e incertezas relacionadas ao processo de determinação das premissas da estimativa de projeções futuras de fluxos de caixas que levam em consideração os planos de negócios da Administração, e por haver sensibilidade nas premissas para a construção da estimativa que podem impactar de forma relevante os valores recuperáveis dos ativos e, consequentemente, as demonstrações contábeis como um todo, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: • Avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia relacionadas com a preparação e revisão do valor recuperável de ativos não financeiros. • Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas: - Avaliamos as principais premissas utilizadas pela Companhia no cálculo de redução ao valor recuperável, incluindo as taxas de desconto, volume, preço de venda de energia, períodos de continuidade das operações e gastos para reparação dos equipamentos no período de projeção na determinação dos fluxos de caixa descontados; - Efetuamos análise de sensibilidade no que tange às premissas utilizadas. • Avaliação das divulgações nas demonstrações contábeis, em especial as relativas às premissas utilizadas no teste do valor recuperável de seus ativos. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o valor recuperável dos ativos não financeiros, assim como, as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis**

**individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de Fevereiro de 2026



**KPMG Auditores Independentes Ltda.**  
CRC 2SP014428/O-6

**Daniel A. da S. Fukumori**  
Contador CRC 1SP245014/O-2

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA  
04067191000160 Pub: 19/03/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/19/FOZRIOCLARO1588245119032026.pdf>  
Hash: 177386808126f48e3edcf9446288734ee08c7bd6f0